

[Notícias](#) > Orçamentos municipais na era da sustentabilidade

11/10/2022

[Ponto de vista](#)

# Orçamentos municipais na era da sustentabilidade

O desenvolvimento sustentável nos municípios deve incluir medidas orçamentais. A transformação socioeconómica terá dificuldade em ter sucesso sem um controlo mais determinado dos recursos orçamentais e dos fluxos de financiamento. Neste sentido, os municípios dependem de parceiros.



Foto: Adobe Stock

Um dos principais desafios para os próximos anos é a transformação dos municípios com base em metas de sustentabilidade. O tema abrangente das alterações climáticas como motor deste processo de reestruturação fundamental é precisamente o que afecta todas as áreas da vida humana, bem como as infra-estruturas para a prestação de serviços e serviços públicos. Embora os municípios tenham adaptado cautelosamente os seus departamentos e processos administrativos até à data, a transformação socioeconómica exige agora mudanças estruturais radicais. As megatendências globais, como as alterações climáticas e a digitalização, não podem ser abordadas numa estrutura organizacional hierárquica como acontecia anteriormente. É necessária uma nova “governança para a transformação da sustentabilidade”. Os municípios devem estar organizados, pensar e agir em rede, utilizar novas ferramentas de gestão e incluir as partes interessadas das vilas e cidades. O sucesso não é apenas uma questão de vontade política e de maiorias correspondentes, mas o controlo e a gestão desta transformação baseada em objectivos de sustentabilidade também devem ser apoiados pelo orçamento e acompanhados por instrumentos orçamentais adequados. Esta é a única forma de concretizar os efeitos sustentáveis que determinam a forma como a Alemanha lida com a transição para a sustentabilidade e as alterações climáticas.

A tarefa não é facilitada pelo facto de muitos municípios terem sofrido durante anos défices orçamentais e falta de pessoal. No entanto, os municípios alemães sempre estiveram interessados em experimentar. Portanto, apesar das condições gerais limitadas, muitos deles têm procurado soluções. Os Objetivos de Desenvolvimento (ODS) das Nações Unidas e o sistema de “indicadores ODS para os municípios” têm-se revelado

## Contato

[Dr. Henrik Scheller](#)  
[+49 30 39001-295](#)  
[scheller@difu.de](mailto:scheller@difu.de)

[Dr.](#)  
[+49 30 39001-198](#)  
[raffer@difu.de](mailto:raffer@difu.de)

[Oliver Peters, M.Sc.](#)  
[+49 30 39001-204](#)  
[opeters@difu.de](mailto:opeters@difu.de)

## Publicação

- ➔ [Indicadores ODS para Comunidades – Indicadores para Abbildung dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas em Comunidades Alemãs](#)
- ➔ [Análise dos ODS sobre a implementação da Agenda 2030 na Landeshauptstadt de Munique](#)
- ➔ [ODS-Maßnahmen für Kommunen](#)
- ➔ [Bertelsmann Stiftung \(Hrsg.\): ODS e produção comunitária \(2021\)](#)
- ➔ [GAL Agenda 21 NRW eV: \(Ed.\): Der kommunale Nachhaltigkeitshaushalt 2019-2021 \(2021\)](#)

## Projeto

motores de inovação: fornecem metas e indicadores que servem de orientação para todas as atividades de sustentabilidade dos municípios nas mais variadas áreas de atuação. A sua aplicação também está a ser testada no terreno em diversas áreas das finanças municipais. Isto é apenas lógico porque os orçamentos municipais são o seu instrumento central de controlo. Portanto, pode e deve ser utilizado de forma direcionada para a governança da transformação da sustentabilidade. Atualmente, predominam três áreas de reforma que se baseiam nos ODS: “orçamentos de sustentabilidade”, “ROI da sustentabilidade” e “financiamento sustentável”.

Neste momento, são frequentes as discussões sobre “orçamentos de sustentabilidade”. Eles são desenvolvidos principalmente pela Comissão Conjunta dos Estados Federais da Agenda 21 (LAG21) e geralmente são testados e atualizados nas vilas e cidades da Renânia do Norte-Vestfália, incluindo Colônia, Bonn, Lüdenscheid, Detmold, Jüchen e o distrito de Unna. Os orçamentos de sustentabilidade são uma forma de controle orçamentário e administrativo baseado no impacto. Devem direcionar os recursos financeiros municipais para objetivos de sustentabilidade. O processo é semelhante ao tradicional controle baseado no impacto na contabilidade por partidas dobradas: as metas e os números-chave são ancorados em grupos de produtos, ou melhor, em produtos do orçamento, e são feitos relatórios regulares sobre o cumprimento das metas. Desta forma, pretende-se que o conceito de sustentabilidade se torne uma componente do ciclo orçamental e os fundos públicos devem ser direcionados para projetos sustentáveis de uma forma mais objetiva do que antes. Embora os municípios tenham tido experiências mistas com o controlo baseado no impacto ao longo dos últimos vinte anos, encaram os novos instrumentos do orçamento de sustentabilidade com optimismo porque foram desenvolvidos principalmente no contexto de uma estratégia interdisciplinar e de um processo de diálogo que envolve a sociedade urbana. partes interessadas. Isso garante aceitação.

Além do orçamento de sustentabilidade, deve ser mencionado o “ROI de sustentabilidade”, que ainda está em fase de rascunho. Atualmente, a Difu, juntamente com oito municípios parceiros e o NRW.BANK, está a desenvolver um modelo que permite a avaliação baseada em cenários de como as aplicações orçamentais para os investimentos relevantes para a transformação contribuem para os objetivos de sustentabilidade. O modelo baseia-se em conceitos de retornos fundamentados teoricamente que já foram desenvolvidos em vários contextos de desenvolvimento urbano e estão sendo adaptados para o desenvolvimento urbano sustentável pela primeira vez neste projeto. Um ROI de sustentabilidade é entendido — em contraste com um ROI financeiro — como um item multidimensional, que inclui dimensões económicas, ecológicas e sociais. Utilizando uma avaliação baseada em índices, é realizada uma avaliação dos custos e benefícios no que diz respeito à consecução dos objetivos dos ODS para os “requisitos de transformação” individuais relacionados com o investimento. Eles examinam se

uma monetização das alternativas de investimento consideradas poderia ser adicionalmente possível. O instrumento ROI de sustentabilidade destina-se a apoiar os municípios e os departamentos financeiros na celebração de um discurso bem fundamentado com os departamentos administrativos, a fim de realizar investimentos prospectivos que também sejam rentáveis ao longo do seu ciclo de vida em termos de sustentabilidade.

A sustentabilidade orçamental é importante para os municípios também por outro motivo: em 2019, a UE iniciou um processo sob a forma de taxonomia que também se baseia nos ODS e que atualmente se destina principalmente às partes interessadas comerciais. Nos próximos anos, influenciará também as políticas financeiras e orçamentais dos municípios e das empresas públicas. O Governo Federal Alemão também enfatizou na sua estratégia de finanças sustentáveis que “os estados federais, os municípios e, em particular, as empresas financeiras de direito público ocupam uma posição de grande importância no sistema financeiro alemão” e são, portanto, importantes “para alcançar o objetivo de se tornarem um principal localização financeira sustentável”. Com a taxonomia da UE, foi desenvolvido um sistema abrangente de classificação e critérios para seis objectivos ambientais que podem ser utilizados para determinar até que nível as actividades económicas são ecologicamente sustentáveis. A taxonomia do financiamento sustentável pretende funcionar como uma alavanca para a reorientação fundamental dos mercados de capitais – no sentido de financiar predominantemente medidas de transformação ecológica, social e economicamente sustentáveis. Devido às novas obrigações de apresentação de relatórios e provas, deverá ser possível a todos os intervenientes no mercado reconhecer os investimentos verdes. Neste momento, o processo de reorientação do mercado de crédito no que diz respeito aos aspectos financeiros sustentáveis está na sua infância. A este respeito, é atribuída aos ODS, acima de tudo, uma importância implícita como quadros de referência normativos. Mesmo que os municípios e os seus orçamentos não se enquadrem diretamente na taxonomia, parece que a situação pode estar a caminhar nessa direção. Portanto, os bancos estaduais e de fomento, como principais bancos dos municípios, esperam que a formação de preços no negócio de crédito municipal sofra um spread entre empréstimos “verdes” e “marrons” porque os termos seguirão as novas condições estruturais. Além disso, os bancos devem revelar até que ponto os seus empréstimos estão em conformidade com a taxonomia. Neste sentido, um relatório de sustentabilidade padronizado também será inevitável para os orçamentos municipais no futuro. Na medida em que os ODS poderão tornar-se importantes para os municípios neste sentido.

As três formas aqui ilustradas mostram que o desenvolvimento sustentável dos municípios deve incluir o orçamento. Portanto, cada vez mais municípios já estão a repensar esses processos estritamente regulamentados, por exemplo, orçamento e finanças. No entanto, as cidades, vilas e municípios precisam de apoio nesta jornada – não apenas da investigação, mas

também dos estados federais, dos órgãos de supervisão municipais, bem como dos bancos estaduais e de fomento. Só em conjunto poderá ser desenvolvida uma série de instrumentos de controlo vinculativos. É certo que a transformação socioeconómica terá dificuldade em ter sucesso sem um controlo mais determinado dos recursos orçamentais públicos e dos fluxos de financiamento numa frente mais ampla.

Difu-Magazin "Berichte" 3/2022

Link curto para esta página: [difu.de/en/17570](https://difu.de/en/17570)



Deutsches Institut  
für Urbanistik

Instituto Alemão de Assuntos Urbanos gGmbH  
Zimmerstraße 13–15  
10969 Berlim  
Tel. +49 30 39001-0  
[difu@difu.de](mailto:difu@difu.de)  
[www.difu.de](http://www.difu.de)